



Festa, Teatro e Poder
Fiesta, Teatro y Poder
Feasts, Theatre and Power

Lenora Pinto MENDES¹

Resumen: La Dinastía Avis tomó el poder en Portugal en el siglo XIV con el apoyo de la población de las ciudades de Lisboa, Oporto y Coimbra. Desde el principio, hizo uso de las festividades populares como forma de apoyo y legitimación. A lo largo de toda la dinastía, en las festividades regias estaban presentes los segmentos urbanos de las ciudades, reforzando el contrato vasallar entre los reyes y las ciudades. En el reinado de Manuel, el teatro será parte de esta dinámica y destacará Gil Vicente, el primer gran dramaturgo portugués que sirve en las cortes de D. Manuel y Juan III, en la creación de registros de teatro para las fiestas reales, tales como nacimientos, coronas y funerales.

Abstract: The Avis Dynasty took power in Portugal in the fourteenth century with the support of the population of the cities of Lisbon, Porto and Coimbra. From the beginning, it made use of the popular festivities as a form of support and legitimation. Throughout the entire dynasty, in the royal festivities the urban segments of the cities were present, reinforcing the vassal contract between the kings and the cities. In the reign of D. Manuel the theater will be part of this dynamic and will highlight Gil Vicente, first Portuguese playwright who acted in the courts of D. Manuel and D. João III, creating theatrical acts for the most important moments of the royal festivities such as births, coronations and funerals.

Palabras-clave: Monarquía – Cidade – Festas.

Keywords: Monarchy – City – Feasts

ENVIADO: 22.03.2018

ACEITO: 29.04.2018

¹ Doutora em História. Pesquisadora do *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Conjunto de Música Antiga da UFF. E-mail: lenoramendes@gmail.com.



I. As festividades urbanas no processo de centralização do poder em Portugal

As monarquias europeias do Ocidente, ao longo da Idade Média, sofreram um processo de centralização que fortaleceu o poder de um único rei e, conseqüentemente, enfraqueceu o poder da nobreza feudal. Este processo culminou na gênese do que hoje chamamos “Estado Moderno”. Em Portugal, o desenvolvimento e o fortalecimento das cidades foi fundamental e colaborou com esse processo. As cidades tiveram papel importante na afirmação da monarquia portuguesa que necessitava desse apoio para fazer frente aos interesses da antiga nobreza feudal. Portugal foi um dos pioneiros e podemos observar claramente o importante papel das cidades nesse processo.

As principais cidades medievais portuguesas que sobreviveram ao domínio árabe mantiveram o direito romano, tornando-se organismos autônomos e fortes². As cidades funcionavam como agentes políticos, sujeitos de sua própria história, gerando um sentimento de pertencimento na população. Podemos presenciar a importância das cidades portuguesas no apoio às monarquias no reinado de D. João I (1385), primeiro monarca da Dinastia de Avis que chegou ao poder com o apoio de segmentos urbanos da cidade de Lisboa.

A partir do século XIII foi estabelecido um processo de secularização no sistema político através da aplicação de conceitos teológicos na esfera política e também de aportes de aspectos do direito romano e de filosofias aristotélicas³. Apesar dessa tendência à secularização, não deixou de existir uma interpretação mítica dos fatos, o que confundia o real com o ideal⁴. No caso português, fica bem evidente a tendência a uma interpretação mítica. A existência de um messianismo muito forte está presente desde a formação do reino fundado por D. Afonso Henriques, no século XII. No século XIV o messianismo ganhou força mais uma vez, com a vitória de D. João I sobre o rei de Castela.

Nesse século ocorreu uma crise sucessória – o último rei da dinastia de Borgonha, D. Fernando (1367-1383), morreu sem deixar herdeiro varão, mas uma filha pequena já prometida ao rei de Castela, em função do tratado de paz de Salva Terra de Magos de

² SARAIVA, António José. *A Cultura em Portugal, livro II*. Lisboa: Editora Gradiva, 1991, p. 16.

³ NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*. Madrid: Eudema Universidad, 1988, p. 28.

⁴ NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*, *op. cit.*, p. 38.



2 de abril de 1383⁵. Com a realização desse casamento, ocorreria a união do reino português com Castela (nesse caso, sob a coroa de Castela).

O que se viu em Lisboa foi uma mobilização popular com o intuito de não permitir essa união. D. João, mestre da Ordem de Avis, filho bastardo do rei D. Pedro I e, portanto, meio irmão de D. Fernando, foi sondado por representantes das principais cidades portuguesas (Lisboa, Coimbra, Porto e Ourique) para que assumisse a coroa de Portugal.

D. João foi “eleito” rei, pela força e consentimento das cidades portuguesas, na catedral de Coimbra em 1385. Quando essa notícia chegou ao rei de Castela ele ficou furioso por dois motivos: primeiro porque sendo casado com a herdeira de Portugal, ele é que deveria ser coroado rei e, segundo, pelo fato de terem coroado um rei por eleição⁶. Enviou embaixadores a Lisboa cobrando uma grande quantia em dinheiro que havia sido prometida a ele pelo falecido D. Fernando. Os embaixadores foram recebidos em Lisboa, cobraram o dinheiro e ameaçaram a cidade com uma guerra caso não atendessem essa demanda e aceitassem D. João de Castela como rei.

Os representantes dos cidadãos que os receberam reafirmaram a escolha de D. João de Avis, como rei de Portugal e que a quantia não iria ser paga, pois não aceitavam o rei de Castela como seu rei⁷. O rei de Castela, com o apoio de segmentos da nobreza portuguesa montou acampamento na cidade de Santarém, que o apoiava. Reuniu seus homens e buscou reforços na França, pois sabia que D. João iria buscar a ajuda dos ingleses. O rei de Castela saiu de Santarém com seu exército em direção a Lisboa que se mobilizou para defender D. João. Segundo a *Crônica de Froissart*, o exército castelhano contava com trinta mil homens. Os castelhanos sabiam que o rei de Portugal não receberia o apoio da nobreza uma vez que foi eleito pela cidade contra a vontade da mesma. A intenção, portanto, era conquistar Lisboa e depois todo o país antes de retornar a Castela⁸.

O exército castelhano cercou a cidade de Lisboa por um ano, mas não conseguiu que se rendesse. Nesse meio tempo, a cidade de Santarém se revoltou contra os cavaleiros

⁵ Segundo esse tratado, a infanta Beatriz, herdeira do trono português, se casaria com o herdeiro de Castela e com a morte de D. Fernando, as coroas de Portugal e Castela se uniriam.

⁶ FROISSART, John. *Chronicles of England, France, Spain*. Londres: Henry G. Bohn, York Street, Convent Garden, 1849. Vol. 2, p. 71.

⁷ FROISSART, John. *Chronicles of England, France, Spain, op. cit.*, p. 72.

⁸ *Idem*.



bretões deixados lá pelo rei de Castela. Os cidadãos queixavam-se de que foram roubados, tiveram suas mulheres e filhas violadas e seus bens destruídos, decidiram então expulsá-los da cidade e dos castelos. O rei de Castela em vista desse acontecimento teve que deixar o cerco de Lisboa e retornar a Santarém para tentar resolver essa situação.

Com a chegada dos reforços da França o rei de Castela convocou uma assembleia para ouvir o conselho dos franceses porque seus homens já estavam cansados da guerra. Os franceses, que estavam chegando com vontade de lutar, aconselharam o rei a continuar a batalha. Os espanhóis, enciumados e cansados, resolveram agredir os franceses causando confusão no exército castelhano. Enquanto isso, em Lisboa, chegavam três navios com guerreiros ingleses para ajudar os portugueses. D. João os recebeu em seu castelo onde se reuniram em conselho, ingleses e portugueses, para decidir o que deveriam fazer. O decidido foi que saíssem em campo, rumo a Santarém, para enfrentar o inimigo.

A batalha que se travou levou o nome de Aljubarrota e apesar da desvantagem para o lado português, foi vencida por eles sob o comando de D. João e a ajuda dos ingleses. A vitória inesperada foi compreendida como um sinal divino, que apontava D. João I como o verdadeiro rei de Portugal. Assim se iniciou a Dinastia de Avis, que será sempre marcada por um forte sentimento messiânico e uma grande preocupação com o apoio popular.

Desde o início da Dinastia importantes festas foram promovidas pelas cidades, que buscavam demonstrar o seu apoio e lealdade aos monarcas. Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I*, descreve como os moradores da cidade de Coimbra receberam o Mestre de Avis, ainda antes de ser alçado rei de Portugal:

Os da cidade fizeramse prestes pera hir rreçeber o Meestre, a cleerezia em proçissom, e os leigos com seus jogos e trebelhos, e desi os fidallgos e Conçelhos, que hi eram, todos juntamente de bestas como melhor podiam. E em sse corregemdo huuns e os outros começaram muitos cachopos de sair for a da cidade sem lho mamdando neguem, pello caminho per hu viinham o Meestre, com cavallinhos de canas que cada huu fazia, e nas mãos canaveas com pemdões, corremdo todos e braadamdo: Portugall! Portugall! Por elRei dom Joham! Em boa hora venha o nosso Rei! E assi foram per mui grande espaço açerca dhuua legoa⁹.

⁹ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Barcelos: Editora Livraria Civilização, 1990, 1ª parte, p. 389.

As solenidades e festividades urbanas se consolidam, ganhando importância política cada vez maior no processo de afirmação das monarquias centralizadas. Percebendo essa importância e a força das cidades, os monarcas vão investir esforços na organização dessas festividades, passando a se preocupar pessoalmente com elas, apropriando-se também das cerimônias religiosas. Cada cidade tinha o seu caminho das procissões, ao longo dos quais nobres e prelados mandaram construir seus palacetes, de onde podiam assistir, com as janelas e sacadas enfeitadas, as procissões, desfiles e entradas régias.¹⁰

A prática dos desfiles e procissões, comum em toda a Idade Média, combina duas tradições distintas: de um lado o “triumfo romano”, entrada solene de um chefe militar que tivesse obtido uma grande vitória¹¹; de outro lado, a tradição medieval da procissão cívica, quando a comunidade urbana se representa como um corpo social. No cortejo real, o monarca, cercado de todos os símbolos externos do poder, manifesta sua magnificência e riqueza¹².

Em 1384 D. João I funda a Casa dos Vinte e Quatro que representava as corporações de ofício perante o governo da cidade. Os ofícios passam a ter representação nas câmaras, as quais fiscalizavam as atividades econômicas e se organizavam em confrarias de caráter religioso que possuíam santos padroeiros¹³. A melhor forma de observar a importância dessas corporações na sociedade portuguesa medieval está no regimento das procissões que os escalonava de forma hierarquizada¹⁴. Aos mestres dos ofícios eram encomendados danças e jogos.

Os ofícios eram proprietários de carros alegóricos, vestuários e paramentos que se adaptavam às necessidades do momento. A presença nessas festividades era obrigatória e os ofícios tinham lugares marcados, devendo contribuir para o sucesso

¹⁰ ARAÚJO, Renata. *Lisboa: a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 23.

¹¹ Esta tradição foi reforçada no período do Renascimento.

¹² CARRERAS, Juan José. “La música en las entradas reales”. In: *Aspectos de la cultura musical en la Corte de Felipe II*. Madri: Fundación Caja Madri, 2000, p. 275.

¹³ LANGHANS, Franz-Paul de Almeida. “As Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos e a câmara de Lisboa.” Separata dos nos 7, 8, e 9 da *Revista Municipal*. Publicações da Câmara de Lisboa, 1942, p. 4.

¹⁴ OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa. p. 136-140.



do evento. A procissão mais importante era a de *Corpus Christi*, que se celebrava em todo o país e na qual os ofícios mecânicos tinham sua principal festividade¹⁵.

Essa força das cidades também se manifesta na organização das entradas régias, quando vemos uma participação intensa de todos os setores urbanos das cidades nas solenidades.

Na busca de legitimação e crescimento do poder real ocorre o aumento da sofisticação das festas e entradas régias o que pode ser observado ao longo de toda a dinastia de Avis. No reinado de D. Afonso V já podemos observar uma ambição centralizadora através da crescente solenização da imagem do rei. Os cortejos se tornam mais complexos nesse reinado embora ainda se perceba uma grande participação popular. No reinado de D. João II o rei acaba por se impor como grande senhor, acima de todos. A resistência de parte da nobreza em se submeter a autoridade do rei, levou à morte o Duque de Bragança e o Duque de Viseu, ambos cunhados do monarca.

D. João II fez uso de diversos símbolos medievais para afirmar seu poder acima da nobreza. Em suas armas colocou a figura de um pelicano, ave que era conhecida por alimentar a ninhada com o próprio sangue. A imagem do pelicano também remetia a figura do Cristo que deu o seu sangue para a salvação da humanidade. Através dessa simbologia D. João II buscava passar a imagem de um rei que não hesitaria em se sacrificar pelos seus súditos¹⁶.

Nas festividades do reinado de D. João II percebemos a preocupação do rei em aparecer sempre como o personagem principal nas encenações da corte. A festa mais importante do deste reinado foi a do casamento do seu único filho, o príncipe D. Afonso, com D. Isabel, filha mais velha dos reis católicos. As festividades tiveram início na Páscoa de 1490, em Sevilha, quando os príncipes foram casados por procuração pelo cardeal Dom Pero Gonçalves de Mendonça perante o rei e rainha, de Aragão e Castela, Fernando e Isabel.

¹⁵ LANGHANS, Franz-Paul de Almeida. “As Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos e a câmara de Lisboa”, *op. cit.*, p. 24.

¹⁶ SELLES, Márcio Paes. *Entre a Corte e a Capela, o espetáculo como legitimação de poder e propaganda na dinastia de Avis*. Tese de Doutorado em História, Niterói, UFF, 2005, p. 89.



Na qual noite, e outros dias seguintes ouve em Sevilha muyto grandes, e sumptuosas festas de momos, e justas reas, em que el Rey justou, e foy mantedor, e assi justarão muytos Grandes, e pessoas principaes, e ouve outras, e muytas grandes festas¹⁷.

Em Portugal as festividades começaram logo no dia seguinte com “*muyto grande e rico seram de muytas danças, e baylos, alegrias, e muytas festas*” que se estenderam por todo aquele ano. A entrada da princesa em Portugal estava prevista para acontecer a partir do mês de outubro ou novembro, momento em que as pestes, que assolavam as cidades, já tivessem passado. Os preparativos previam a construção de uma grande sala de madeira, pois os salões dos palácios não comportariam a quantidade de pessoas que foram convidadas.

El Rey per suas cartas, e com palavras de grande confiança, amor, e prazer, notificou o dito casamento a todolos prelados, senhores, e fodalgos principaes de seus Reynos, e os convidou pera as festas delle,...E ainda pera mayor perfeiçam dellas mandou notificar a totalas gentes, e nações do mundo, que poderiam ás ditas festas trazer ou enviar suas joyas, brocados, tellas, sedas, e ricos panos...¹⁸.

Como a peste ainda assolava a cidade de Lisboa, as festas, por precaução, foram transferidas para a cidade de Évora “*que he a segunda do Reyno*”. A comitiva da princesa iniciou sua viagem para Portugal no dia 10 de novembro. Um grande cortejo saiu da cidade para encontrar-se com o da princesa que, depois dos cumprimentos, formaram um só cortejo que regressou à cidade. A princesa com sua comitiva se hospedou no mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, de onde saíram no dia seguinte.

Do mosteiro até a cidade “*avia muytos antremeses*¹⁹ da gente do povo, e dos Iudeus, e Mouros, e o caminho muyto concertado, e limpo, ... E o estrondo de todas as trombetas, e atambores, menistres altos del Rey, da Princesa, e do Duque, e muytos senhores que os levavam, era cousa espantosa”²⁰.

Passando por grandes arcos triunfais, chegam à Sé, onde foram recebidos com uma solene procissão. Naquela noite, no paço, antes e depois da ceia, “*ouve grandes festas, e danças, em que totalas pessoas reaes dançaram*”²¹.

¹⁷ RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p.152.

¹⁸ RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, *op. cit.*, p. 156-157.

¹⁹ Garcia de Resende, na sua *Crónica de D. João II*, utiliza o termo para designar os momos que eram feitos por ocasião das festividades.

²⁰ RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, *op. cit.*, p. 170.

²¹ RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, *op. cit.*, p. 170.



Na sala de madeira construída para a ocasião, D. João II fez representar diversos momos reais nos quais ele, e não o príncipe, aparecia no papel principal. Garcia de Resende descreve essas representações em sua crônica e podemos constatar a preocupação do rei em colocar em evidência a sua imagem e o seu poder. Em um desses momos ele entra pela sala vestido de Cavalheiro do Cisne.

E logo na terça feyra seguinte ouve na sala da madeyra muyto excelentes e singulares momos reas, tantos, tão ricos, e galantes, com tanta novidade, e diferenças de antremeses, que creio que nunca outros taes forão vistos. Antre os quaes el Rey entrou primeiro pera desafiar a justa que avia de manter com invenção, e nome do cavaleiro do Cirne, e veio com tanta riqueza, e galanteria, quanto no mundo podia ser.²²

A imagem do Cavalheiro do Cisne, remonta ao ciclo arturiano onde Loherangrin, filho de Percival e Brancaflor, cavaleiro considerado livre de fraquezas morais, chega ao reino de Brabante em um barco guiado por um cisne, oferecendo ajuda para salvar o reino²³. D. João II entrou pela porta da sala de madeira com nove barcos, navegando em ondas feitas de panos de linho, pintados para parecerem água, ao som de trombetas e tambores, apitos e gritos dos *mestres* e *contramestres*. Diante do barco do rei que era o primeiro, vinha sobre as “ondas” um grande cisne com penas brancas e douradas:

E assi a não como bateis com muytas velas de cera dourada todas acesas, e as bandeyras e estandartes erão das armas del Rey e da Princesa, todas de damasco e douradas, e vinhão diante do batel del Rey, que era o primeiro, sobre as ondas hum muyto grande e fermoso Cirne, com penas brancas e douradas.²⁴

O relato da festa de casamento do príncipe D. Afonso, contido na *Crônica de D. João II*, escrita por Garcia de Resende, mostra a importância das festividades, usadas para a demonstração do poder do rei, não apenas perante o seu povo, mas também perante outros reinos da Europa. É clara a preocupação de D. João II em se apresentar sempre no papel principal nos momos e justas reais. Mesmo sendo o casamento do príncipe, o relato do cronista deixa claro que era o rei que se apresentava, como o cavaleiro que iria “servir” à princesa:

Armado de ricas armas e guiado dele, e em nome del Rey sahio com sua fala e em joelhos deu á Princesa hum breve conforme a sua tenção, que era querela servir nas

²² RESENDE, Garcia de. *Crônica de D. João II e Miscelânea*, op. cit., p. 178.

²³ SELLES, Márcio Paes. *Entre a Corte e a Capela, o espetáculo como legitimação de poder e propaganda na dinastia de Avis*, op. cit., p. 89.

²⁴ RESENDE, Garcia de. *Crônica de D. João II e Miscelânea*, op. cit., p. 178.

festas de seu casamento e sobre conrusão de amores desafiou pera justa darmas com oito mantenedores a todos os que contraíro quisessem combater.²⁵

Sete meses depois de seu casamento, ainda vivendo no clima das festas organizadas por seu pai, o príncipe D. Afonso morre vítima de um acidente a cavalo. D. João II deixa em testamento por herdeiro do reino de Portugal seu cunhado D. Manuel, Duque de Beja, irmão mais novo da rainha D. Leonor, sua esposa, que se manteve sempre leal ao rei apesar dos terríveis acontecimentos envolvendo a morte de seu irmão, o Duque de Viseu e seu cunhado, o Duque de Bragança, pelas próprias mãos do rei.

D. Manuel, não sendo o primeiro na linha sucessória vai demonstrar preocupação com a legitimação de seu reinado. Na infância foi entregue, como garantia de paz, ao reino vizinho de Castela. Nesta ocasião, além de receber casa, com todo o aparato o que incluía até mesmo uma capela com cantores e músicos, D. Manuel recebeu de D. João II, por divisa, a figura de uma esfera. A divisa da esfera, no momento da sucessão, foi interpretada como sinal profético que indicava D. Manuel como sucessor de D. João II nas conquistas na Ásia e África²⁶. Podemos observar mais uma vez o forte sentimento messiânico presente também nesta sucessão.

D. Manuel, o venturoso, foi aclamado rei em 31 de março de 1496. Recebe de seu antecessor um reino consolidado e unificado pelo reconhecimento da superioridade da figura do rei. Sua corte com o aporte das riquezas advindas das descobertas marítimas se tornará cenário de festas permanentes. D. Manuel promoveu grandes obras na cidade de Lisboa. Mandou construir o Paço da Ribeira deslocando o centro urbano antigo para a proximidade do rio. Juntamente com ele, construiu uma série de edifícios nas proximidades do terreiro, tais como o “Celeiro Público”, a “Alfândega Nova”, a “Casa de Ceuta” e “Casa da Índia”, mostrando a importância que ganhou a região portuária nesta época de descobrimentos marítimos²⁷.

Todas essas obras, além de atenderem a necessidades práticas, foram na verdade investimentos régios na construção da imagem do monarca e do estado português²⁸.

²⁵ RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, op. cit., p. 178-179.

²⁶ MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, vol. 3, p. 377.

²⁷ GÓIS, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Nova Horizonte, 1988, cap. III, p. 51-58.

²⁸ ARAÚJO, Renata. *Lisboa: a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos*, op. cit., p. 22.



Neste período a corte portuguesa vai permanecer a maior parte do tempo nas cidades de Lisboa e Évora.

Famosas também no tempo de D. Manuel foram as festas nos rios. D. Manuel gostava de “folgar em hum batel feição de galota, toldado, & embãdeirado de seda, levãdo sempre consigo musica”. Quando chegava ao cais de Santos-o-velho, Duarte Foreiro, cavalheiro de sua casa, lhe mandava trazer frutas, conservas e “*cousas daçucar, vinho & agoa*”, e todos os fidalgos que iam com ele comiam no batel e também os músicos e moços da câmara²⁹.

Segundo Damião de Góis, principal cronista do venturoso, D. Manuel foi o primeiro rei cristão da Europa a possuir elefantes da Índia, dos quais teve cinco ao todo, e gostava de cavalgar acompanhado pelos elefantes que iam diante dele. Com este aparato e com a pompa de trombetas e “*atabales, el Rei*” cavalgava pela cidade³⁰.

D. Manuel vai lançar mão de diversos suportes artísticos para fazer-se representar como rei, portador de um poder centralizado. Homem vaidoso e ciente de seu poder, além de pacificar o reino, protagonizou momentos de exibição do poder que ficaram marcados na história de Portugal. Entre eles consta a incrível embaixada enviada ao papa Leão X em 1514. Para presentear o papa que, pela supremacia da navegação portuguesa, lhe enviara presentes, D. Manuel lhe enviou, além de jóias, um elefante, uma onça e um cavalo persa. Junto com os presentes foi mandada uma embaixada que partiu em janeiro de 1514. Trombetas e charamelas iam junto com o cortejo que, a pedido do papa, se realizou no primeiro domingo da quaresma.

...Chegaram aho porto Hercules no fim do mes de Janeiro de MDXIII(1514) : Dali partio Tristão da Cunha per terra pera Roma...começaram todos de caminhar pera ella levãdo diante suas familias, & apos ellas hos trombetas, e apos hos trombetas hos charamelas e tras elles a Onça e ho Elephante, junto do qual iha Nicolao de faria em hu fermoso ginete da estrebaria del Rei ajaezado darreos q lhe mandou douro esmaltado...³¹

Chegando ao castelo do papa, o elefante fez reverência três vezes; em seguida encheu a tromba com água e borrifou para cima atingindo cardeais e outras pessoas que ali

²⁹ GÓIS, Damião de. *Crónica do Felicíssimo Rey D. Manuel*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, livro IV, p. 198.

³⁰ GÓIS, Damião de. *Crónica do Felicíssimo Rey D. Manuel*, *op. cit.*, livro IV, p. 197-199.

³¹ GÓIS, Damião de. *Crónica do Felicíssimo Rey D. Manuel*, *op. cit.*, livro III, p. 185.



estavam. Voltando-se para o povo que observava atônito, o elefante fez o mesmo e todos saíram dali molhados.

A teatralização do poder torna-se cada vez maior no reinado de D. Manuel que vai mesmo legislar sobre as entradas, cerimônias e aclamações régias³². No ano de 1502, sanciona o “Regimento das Entradas em Lisboa”³³. Neste regimento estava estipulado quem deveria acompanhar o rei; como devia ser recebido; o trajeto da procissão, os locais onde o rei devia ser esperado e todas as providências que deveriam ser tomadas³⁴. A partir desse momento os espetáculos urbanos vão se tornando cada vez mais complexos. A entrada régia deixa de ser a dramatização de um contrato vassálico entre o rei e as cidades e passa a ser um desfile da grandiosidade régia³⁵.

Neste cenário de festas e fausto, surge a figura de Gil Vicente, dramaturgo que vai passar a ser o principal responsável pelas festividades da corte. O palco vicentino é o próprio paço real. Em alguns autos vicentinos, o rei, a corte e a família real aparecem em cena como atores representando a si mesmos.

Ao trazermos Gil Vicente para o centro de nossos estudos, estamos voltando mais uma vez para Nieto Soria que nos fala da importância da literatura que, mesmo não sendo um documento político, contém elementos que permitem a interpretação política e, o mais importante, revela as atitudes mentais relativas ao poder político e régio³⁶.

Pelo estudo dos autos vicentinos podemos observar muitos aspectos políticos e sociais, relacionados ao reinado de D. Manuel. A cronologia dos autos vicentinos desfila toda a vida da corte e dos reis: nascimentos, casamentos, coroações, mortes, guerras, viagens e conquistas.

As festividades da corte manuelina ficaram registradas, não somente nas crônicas, mas nas peças teatrais produzidas por Gil Vicente. Não houve nascimento, casamento ou funeral que não contasse com uma representação teatral. Assim também aconteceu nas festividades do calendário eclesiástico tais como Natal, Semana Santa, Corpus

³² MATTOSO, José. *História de Portugal, op. cit.*, vol. 3, p. 446.

³³ ALVES, Ana Maria. *As entradas régias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, s.d., p. 30.

³⁴ ARAÚJO, Renata de. *Lisboa – a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos, op. cit.*, p. 26.

³⁵ ALVES, Ana Maria, *As entradas régias portuguesas, op. cit.*, p. 29.

³⁶ NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI), op. cit.*, p. 26.

Christi. D. Leonor, irmã do monarca e viúva de D. João II fazia questão de encomendar a Gil Vicente autos para os diversos momentos festivos da corte e também para os momentos de morte tristeza e reflexão.

A construção de um Estado consolidado em Portugal, iniciada por D. João II e continuada por D. Manuel, vai levar à supremacia do rei, que cada vez mais vai estar distanciado de seus súditos. A preocupação com a difusão da imagem real vai ser uma constante a partir de então. O rei absoluto vive como em um “estado de teatro”, onde seu palácio é um palco e ele próprio é o herói que protagoniza maravilhas sem fim³⁷. É preciso aparecer. Daí a importância dos desfiles com elefantes e daí a importância do teatro de Gil Vicente.

O teatro vicentino abrange os grandes temas do teatro cristão medieval, tais como o *planctus* (*Pranto de Maria Parda*), as profecias *sibilinas* (*Auto da sibila Cassandra*), os temas *pastoris* (*Auto pastoril castelhano*), as novelas de cavalaria (*Dom Duardos*), além da sátira popular das farsas, se enquadrando perfeitamente no projeto manuelino de reino moderno³⁸. Embora representado em sua maior parte no interior dos paços, ultrapassou muitas vezes este limite, principalmente após a construção do Paço da Ribeira, quando foi oferecido a um público muito mais extenso³⁹.

Desde a Idade Média, as principais festas do calendário litúrgico (Natal, Procissão do Corpo de Deus, e a Páscoa) contavam com *momos*, cantigas e danças acompanhados de instrumentos diversos. Esta tradição recebeu em vários momentos censuras de diversos arcebispos e mesmo do próprio rei D. Duarte, que em 1436 reclamou das igrejas que, com “jogos e tangeres e cantigas (...) turvavam o ofício divino e as orações de alguns bons cristãos”⁴⁰. Essas censuras, no entanto, “só vêm demonstrar a permanência de um gênero dramático longamente enraizado nos costumes populares e que neles persistiria através dos séculos”⁴¹.

Gil Vicente vai dar continuidade às tradições peninsulares medievais e suas primeiras peças foram escritas em função das festas do calendário litúrgico. No tempo do

³⁷ BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 19.

³⁸ FRÓES, Vânia Leite. *Espaço e sociedade em Gil Vicente: Contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1536)*. Tese de Doutorado em História, São Paulo: USP, 1986, p. 22-23.

³⁹ FRÓES, Vânia Leite. *Espaço e sociedade em Gil Vicente: Contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1536)*, *op. cit.*, p. 127.

⁴⁰ Citado em REBELLO, Luis Francisco. *O primitivo teatro português*. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve, volume 5, p. 34.

⁴¹ *Idem*.



Venturoso, porém, as cenas cômicas criadas por Gil Vicente e inseridas nos autos religiosos, como no *Auto da fé* e no *Auto pastoril castelhano*, não sofreram qualquer tipo de censura. Segundo Damião de Góis, D. Manuel folgava com os ditos e repreensões dissimuladas de seus chocarreiros, que “com geitos & palavras trocadas davão ahos moradores de sua casa, fazendo lhes conhecer has manhas, vícios & modos q tinhã”⁴².

O reinado de D. Manuel, no início da modernidade, contemporâneo à afirmação das nacionalidades e da consolidação dos Estados, vai refletir nas formas de arte em geral, incluindo-se aí o teatro e a música. O teatro vicentino vai preservar e difundir os elementos da cultura popular medieval portuguesa. Nele aparecem os tipos mais comuns da sociedade portuguesa, tais como o judeu, o fidalgo de poucas posses, as alcoviteiras, o negro, a moura etc. Sua obra é uma síntese da sociedade portuguesa dos quinhentos e serviu ao intento do rei em projetar o país como um expoente da cultura e do comércio perante as outras cortes européias.

No *Auto da fama* Gil Vicente coloca em cena uma personagem representando a *Fama Portuguesa*, alegorizada em figura de uma moça que guarda patos da região da Beira. Seu nome é *Portuguesa Fama* e será cortejada por pretendentes que representam a França, Itália e Castela. A *Fama* a todos recusa pois só Portugal a merecia. Como argumento desfia as conquistas portuguesas na África, Ásia e Brasil e a façanha dos portugueses como donos do comércio com o Oriente.

Começae de navegar
ireis ao porto de Guiné
preguntae-lhe cujo he,
que não póde negar
Com ilhas mil
deixae a terra do Brasil
tende-vos á mão do sol,
e vereis homens de prol,
gente esforçada e varonil
Aos comercios preguntareis
d'Arabia, Persia, a quem se deram
ou quando os homens tiveram
este mundo que vereis.
E não fique
preguntara Moçambique
quem he o alferes da Fé
e Rei do mar quem o he,

⁴² GÓIS, Damião de. *Crónica do Felicíssimo Rey D. Manuel*, op. cit., volume IV, p. 198.



ou s'ha outrem s'aplique⁴³.

Ao final, depois de recusar todos os pretendentes, vêm a *Fé* e a *Fortaleza* laurear a *Fama* com uma coroa de louros. Na fala final da *Fé*, Portugal é comparado a Tróia e Roma pela grandeza de seus feitos:

Os feitos Troianos, também os Romãos,
Mui alta Princesa, que são tam louvados,
E neste mundo estão colocados
Por façanhosos e por muito vãos.
Em o regimento de seus cidadãos,
E alguas virtudes e moraes costumes,
Vós, Portuguesa Fama, não tenhais ciumes
Que estais colocada na flor dos Christãos.

Vossas façanhas estão colocadas
diante de Christo, senhor das alturas
vossas conquistas, grandes aventuras,
são cavalarias mui bem empregadas.

.....
Porque o triumpho do vosso vencer
E vossas vitorias exalçam a fé,
De serdes laureada grande razão he⁴⁴.

A *Fama Portuguesa* é coroada pelas virtudes que a colocam em um carro triunfal levado com música. A música, sempre presente nas cortes portuguesas em seus diversos aspectos: profana, religiosa, alta ou baixa, nas armadas, nas festas e nas câmaras, contribuiu como elemento importante para a sustentação do fausto monárquico crescente principalmente a partir do reinado de D. Manuel. Gil Vicente com seu teatro colaborou com os planos da realeza de construção e valorização de uma identidade nacional colocando em cena todas as representações do espaço português⁴⁵.

D. João III, filho primogênito de D. Manuel, nasceu, literalmente, no palco, pois horas depois de seu nascimento, no dia 6 de junho de 1502, no Paço da Alcáçova de Lisboa, na câmara da rainha parturiente, foi representado por Gil Vicente o *Auto da visitação*, que compara o paço com o paraíso e o nascimento do príncipe com a vinda de um messias. D. João III nasceu nesta corte cujas festas eram conhecidas pela grandiosidade

⁴³ VICENTE, Gil. *Obras completas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943, volume V, p. 126.

⁴⁴ VICENTE, Gil. *Obras completas*, *op. cit.*, v. 5, p. 139-140.

⁴⁵ FRÓES, Vânia. *Espaço e sociedade em Gil Vicente: Contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1536)*, *op. cit.*, p. 190.

e pelo luxo. Durante toda a sua infância e juventude presenciou os diversos autos produzidos por Gil Vicente para o entretenimento régio. Foi aclamado rei em 19 de dezembro de 1521, por ocasião da morte de D. Manuel. Em 1525 casa-se com D. Catarina de Áustria, irmã de Carlos V, figura de grande importância política neste reinado, que vai começar em meio a uma enorme pujança cultural, herdada por D. Manuel, ao qual se acrescenta o humanismo que florescia em toda a Europa. Para a entrada solene da rainha D. Catarina na cidade de Lisboa, Gil Vicente escreveu o auto *Nao D'Amores* no qual a própria cidade de Lisboa aparece como personagem, alegorizada em figura de princesa que entra em cena com grande aparato de músicas. Em sua fala enaltece o rei e a rainha e se queixa das constantes pestes que a assolavam afastando a presença régia.

Lisboa. Oh alto e pod'roso em grande grandeza,
Meu rei precioso per graça divina,
De mi apartado por eu não ser dina,
Por minha mofina se foi Vossa Alteza:
Venhais em tal ponto, em tal dia, em tal hora,
Como aquela em que Deus incriado
Criou todo mundo tam bem acabado
Como será e foi até agora⁴⁶.

As festas deste período revelam uma enorme diversidade artística, sofrendo influências tanto da Itália e da Europa do Norte, como do Oriente, que neste momento inclui também o Japão e a China. Mas a crise da Igreja Católica, duramente criticada pelos humanistas, o surgimento do protestantismo na Alemanha e também a inabilidade do rei, traz a Inquisição para Portugal em 1536, o que vai acabar com a liberdade artística vivida até então. Até este momento, Gil Vicente podia exprimir livremente suas críticas aos eclesiásticos corruptos, colocar em cena feiticeiras, fadas e diabos mais sábios que os clérigos.

A corte portuguesa compartilhava dos novos ventos que embalavam o humanismo europeu. O grande humanista Erasmo era conhecido em Portugal. A rainha D. Catarina lia e apreciava suas obras, que influenciaram grandes escritores portugueses, entre eles Damião de Góes⁴⁷. Mas, com a chegada da Inquisição toda essa cultura laica vai ser perseguida e censurada. Neste momento Gil Vicente sai de cena. Talvez tenha morrido, pois já estava bem velho, ou simplesmente parou de escrever.

⁴⁶ VICENTE, Gil. *Obras completas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943, vol. IV, p.57.

⁴⁷ MATTOSO, José. *História de Portugal, op. cit.*, p. 452-453.



Não é possível mensurar o acesso que a população das cidades tinha às peças de Gil Vicente. Como algumas sobreviveram em folhetos avulsos (com o advento da imprensa esse formato de impressão popularizou o acesso aos textos teatrais além de formas poéticas palacianas como os romances), podemos afirmar que não somente a corte conhecia esse teatro, pois que, antes mesmo da edição de suas obras, levada a cabo por seu filho em 1562, depois da morte do autor, muitos autos vicentinos já circulavam impressos.

Conclusão

A relação entre o poder e as festas que remonta à Antiguidade, se prolongou durante a Idade Média incentivada por monarcas que souberam tirar proveito do poder simbólico promovido pela ostentação propiciada pelas festividades. Em Portugal vemos que as cidades tiveram grande importância na legitimação dos reis da Dinastia de Avis e no processo de centralização do poder régio que encontraram nas festas urbanas, oportunidades de exibição e ostentação desse poder perante o reino.

Gil Vicente coloca em seu teatro personagens oriundos da própria sociedade portuguesa que se observa como num espelho onde se reconhece, se admira e ri de si mesma. O teatro vicentino vai servir aos ideais da monarquia avisina cujo início foi marcado pela necessidade de legitimação, um forte sentimento messiânico e pelo apoio dos seguimentos urbanos das principais cidades portuguesas. Ao mesmo tempo vai mostrar a glória e o poder dessa dinastia que consolidou as descobertas marítimas que transformaram Portugal em um dos reinos mais ricos da Europa quinhentista e sede de um imenso império ultramarino.

Fontes

- GÓIS, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Nova Horizonte, 1988.
GÓIS, Damião. *Crónica do Felicíssimo Rey D. Manuel*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, 4 volumes.
LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Barcelos: Editora Livraria Civilização, 1990, 2 volumes.
RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelâneas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
VICENTE, GIL. *Obras completas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa – editora, 1944, 6 volumes.
FROISSART, John. *Chronicles of England, France, Spain*. Traduzida de edições francesas por Thomas Johns. Londres: Henry G. Bohn, York Street, Convent Garden, 1849, 2 volumes.



ZIERER, Adriana, COSTA, Ricardo da (orgs.). *Mirabilia 26 (2018/1)*
Society and Culture in Portugal
Sociedade e Cultura em Portugal
Sociedad y Cultura en Portugal

Jan-Jun 2018/ISSN 1676-5818

Bibliografia

- ALVES, Ana Maria. *As entradas régias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, s. d.
- ARAÚJO, Renata. *Lisboa – a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- CARRERAS, Juan José. La música en las entradas reales. In: *Aspectos de la cultura musical en la Corte de Felipe II*. Madri: Fundación Caja Madri, 2000.
- NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*. Madrid: Eudema Universidad, 1988.
- FRÓES, Vânia Leite. *Espaço e sociedade em Gil Vicente: Contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1536)*. Tese de Doutorado em História, São Paulo: USP, 1986.
- LANGHANS, Franz-Paul de Almeida. “As Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos e a câmara de Lisboa.” Separata dos nos 7, 8, e 9 da *Revista Municipal*. Publicações da Câmara de Lisboa, 1942.
- MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, 3 volumes.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, s.d.
- REBELLO, Luis Francisco. *O primitivo teatro português*. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve, volume 5.
- SELLES, Márcio Paes. *Entre a Corte e a Capela, o espetáculo como legitimação de poder e propaganda na dinastia de Avis*. Tese de Doutorado em História, Niterói, UFF, 2005.
- SARAIVA, António José. *A Cultura em Portugal, livro II*. Lisboa: Editora Gradiva, 1991.